

O Anarquismo e a questão do partido: uma reflexão a partir dos referenciais históricos da Federação Anarquista Uruguaia

Ricardo Ramos Rugai

setembro de 2014

Conteúdo

Introdução	3
O bakuninismo e a primeira organização anarquista	5
Malatesta e a o anarco-comunismo organizador no Rio da Prata	8
Do partido bakuninista ao “anarquismo Maio de 68”: uma nova ortodoxia	11
Conclusão	13
Bibliografia	14

Introdução

“Nós, bem ou mal, conseguimos formar um pequeno partido; pequeno em relação ao número de pessoas que aderiu a ele com conhecimento de causa, mas imenso com respeito a seus aderentes instintivos, a estas massas populares cujas necessidades representamos melhor que qualquer outro partido”

Bakunin sobre a Aliança da Democracia Socialista

É lugar-comum considerar o anarquismo como avesso a toda e qualquer forma de partido político; apreciação compartilhada pelo cidadão comum, pelos acadêmicos, pela esquerda e até mesmo pelos simpatizantes, militantes e estudiosos do próprio anarquismo.

Em tal quadro, a Federação Anarquista Uruguaia, FAU, não se acomoda. Formada na década de 1950, a partir de então desempenhou um relevante papel nas lutas sociais do país rioplatense, dirigindo importantes sindicatos e aglutinando os setores mais radicalizados da esquerda uruguaia. Na formação da central sindical uruguaia, fundada em 1964, os anarquistas trabalharam intensamente, tanto que ela chamou-se CNT, sua bandeira era vermelha e negra e na entrada da sede estava o retrato de um militante anarquista, fundador e dirigente da mesma. A FAU também impulsionou a OPR-33, braço armado do partido que levou a cabo dezenas de ações: expropriações de bancos, da bandeira da independência nacional, ataques às forças de repressão e sequestros políticos - um dos quais, em 1974, rendeu 10 milhões de dólares e permitiu que o partido criasse uma frente de combate à ditadura que nucleou diversos setores da esquerda uruguaia. Nessa época, já sob a ditadura militar, a organização contava com células em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre (e na Europa), conforme comprovam documentos dos órgãos de repressão brasileiros. Essa militância teve seu preço e os anarquistas contam às dezenas o número de militantes presos, torturados, mortos e “desaparecidos”.

Esse brevíário dá uma ideia da importância que essa organização anarquista alcançou no período e sugere o questionamento sobre as razões da perenidade do anarquismo uruguaio enquanto no Brasil, na Argentina e na América Latina houve um inegável retrocesso. Assim, o interesse pela FAU deve-se em grande medida pelo ineditismo de estudos sobre uma organização que atuou intensamente num período – décadas de 1950 a 1970 - em que o anarquismo militante praticamente desaparecera dos movimentos sociais na América Latina. Também ensejou questionamentos sobre os motivos pelos quais uma organização tão destacada, geograficamente próxima e de militância até os dias de hoje pôde permanecer quase desconhecida no Brasil, inclusive nos meios anarquistas, até o final da década de 1990.¹ Nas hostes libertárias a organização era suspeita de ser “anarco-leninista” e o fato de caracterizar-se como “partido” atestaria seu desvio do anarquismo. Nessa interpretação, a manutenção dos nomes “federação” e “anarquista” seria um mero subterfúgio para atrair incautos.

Para melhor compreender a FAU é preciso ampliar o quadro para a história do Uruguai, país que teve raras quebras institucionais desde o início do século XX, ao contrário do Brasil e da Argentina. Neste contexto, a perenidade do movimento operário e sindical no país contribui para explicar a permanência do anarquismo até a década de 1950 quando foi fundada a FAU.

Inaugurada pelos proudhonianos por volta de 1860, a presença operária do anarquismo se firmou de fato com militantes bakuninistas ligados a AIT e à Aliança. No final do século XIX, a corrente anarquista mais influente no país foi a de orientação malatestiana, de caráter organizador. Já no início do século XX, predominaram os anarquistas que privilegiavam a atuação sindical como os foristas e os

¹ A história da FAU começou a ser mais conhecida entre a militância anarquista no Brasil em meados da década de 1990. A seguir, no final da década de 1990, foi divulgada de forma restrita com os primeiros resultados da pesquisa que deu origem ao mestrado (RUGAI, 2003; RUGAI, 2012). Somente em 2002 a história da FAU começou a ser publicada no Uruguai com o primeiro volume de uma série que narra sua história na ótica de um de seus militantes (MECHOSO, 2002)

sindicalistas revolucionários. De forma geral, as organizações sindicais argentinas e uruguaias adquiriram mais solidez que no Brasil, onde as correntes espontaneístas eram comparativamente mais fortes.

Portanto, as correntes operárias anarquistas organicistas de um lado e a relativa estabilidade política uruguaia de outro pesaram a favor de um movimento sindical autônomo que resistiu aos intentos de regulamentação estatal. O anarquismo no Uruguai também sofreu a repressão e o descenso que atingiu os libertários na América Latina e Europa a partir da década de 1930. Chegou à década de 1950 enfraquecido, disperso e com influência sindical reduzida; porém, seguiu ativo e vinculado ao movimento operário revigorando-se a partir desta década com a crítica ao modelo anarcossindicalista e a defesa da militância sindical. Desde a década de 1940 chegaram ao país, refugiando-se do franquismo, levadas de militantes libertários que atuantes na Revolução Espanhola de 1936-39. No entorno da FAU encontraram um ambiente militante propício para a reflexão sobre as causas da derrota na Espanha. Nesse quadro deu-se o processo de formação da FAU na década de 1950.

Entretanto, nas décadas seguintes outro tipo de anarquismo tornou-se o paradigma para a maior parte dos que se reivindicavam libertários: o “anarquismo Maio de 68”. Ele primava pela crítica ao marxismo ortodoxo e possuía poucas raízes sociais, ao passo que a FAU tinha fortes vínculos com os movimentos sociais, nos quais conviviam - em atrito ou em aliança - com organizações de outro perfil ideológico. A incompreensão, às vezes aversão, que muitos setores do anarquismo experimentaram em relação a FAU é fruto desse desencontro de anarquismos.

No plano organizativo, a militância da FAU dividia-se em *dos patas*: a de “massas” e a “militar”. A parte de massas, na qual se engajava a maioria da militância, era responsável pelas frentes de atuação social da federação (sindical, estudantil, *barrial*) e estas por sua vez em *agrupaciones* de acordo com a região de militância. A parte “militar”, com número mais reduzido de militantes, era responsável por diversas modalidades de ação armada, como a arrecadação de fundos, a propaganda e o ataque às forças repressivas. Coordenando as duas patas havia um secretariado que cumpria funções executivas cotidianas (finanças, propaganda, relações, formação política entre outros) e um conselho federal responsável pelas deliberações políticas e que se reunia periodicamente com delegados de todas as *agrupaciones*. Ambos, conselho e secretariado, eram eleitos pelo conjunto da militância em congresso.

O ingresso de militantes era seletivo e progressivo, com direitos e deveres correspondentes aos diferentes níveis de comprometimento atingidos ao longo do tempo. O método decisório buscava sempre o consenso, mas em caso de divergência as decisões eram tomadas por maioria e obrigatoriamente acatadas pelo conjunto da organização. A autonomia das *agrupaciones* era tática e as decisões estratégicas eram tomadas pelo conjunto da organização por meio do congresso, conselho ou secretariado. Alguns desses aspectos organizativos escandalizavam os críticos da FAU e o fato da federação se qualificar como “organização” ou “partido” parecia denotar uma estrutura centralizada e autoritária, incongruente com as práticas libertárias e a suposta forma de organização tradicional dos anarquistas: a federação de grupos autônomos.²

Todavia, os critérios orgânicos são incompreensíveis sem que se faça referência à estratégia de atuação da FAU num ambiente cada vez mais repressivo, no qual a própria atuação de “massas” implicava em riscos e ilegalidades, além, é claro, das ações armadas empreendidas por um setor da organização. No entanto, por mais que os aspectos organizativos possam ser explicados pelas necessidades da conjuntura permanece a questão: a concepção de partido da FAU pode ser considerada como pertencente à tradição anarquista ou trata-se de uma “inovação” ou “desvio”? Para respondê-la é mister examinar por um lado as concepções de organização de Bakunin e Malatesta - referenciais da tradição anarquista reivindicados tanto pela FAU quanto por seus críticos -, e por outro lado a concepção de anarquismo implícita na crítica à organização uruguaia.

² A organização em federação de grupos anarquistas autônomos deriva da corrente anarquista sintetista cuja intenção era agrupar anarquistas de distintas concepções numa única federação, deixando cada grupo livre para suas escolhas táticas e estratégicas, inclusive permitindo a manutenção da nomenclatura de cada um deles. Assim, os grupos estariam unidos pelos princípios mais gerais e abstratos e a unidade de ação somente se concretizaria com pelo acordo espontâneo entre eles, ficando os divergentes desobrigados de participar das ações. O texto inspirador dessa corrente é *A Síntese Anarquista* escrito em 1928 pelo francês Sebastian Faure.

O bakuninismo e a primeira organização anarquista

As ideias de Bakunin estiveram presentes no anarquismo e no movimento operário uruguaio desde fins do século XIX; além disso, foram recuperadas nos debates ocorridos no processo de formação da FAU.

Historicamente, foi na década de 1870 que o anarquismo chegou ao Uruguai¹ por meio da seção espanhola da AIT², a chamada “Internacional Antiautoritária” fundada no congresso de Saint-Imier pelos socialistas libertários, após a cisão da AIT original ocorrida no Congresso de Haya, em 1872³. A seção uruguaia publicou um *Manifiesto a los Trabajadores de Montevideo* em 1875, organizava atos públicos e mantinha contato regular com a Europa como atesta a correspondência endereçada ao Congresso da Internacional de Berna. Em 1876 (TOURON; LANDINELLI, 1984: 252) converteu-se na *Federación Regional de la República Oriental del Uruguay*⁴ reunindo agregava “6 ofícios organizados; com 5 seções e com 2 mil sócios permanentes” (TOURON; LANDINELLI, 1984: 253), cuja principal luta era pela redução da jornada de trabalho para oito horas. Assim, a orientação da Internacional “antiautoritária” teve forte influência nas ações das primeiras federações operárias e refletiu-se mais tarde nos documentos fundamentais da futura *Federación Obrera Regional Uruguay*, a FORU.⁵ Assim, as concepções sindicais vinculadas ao bakuninismo se fizeram presentes no Uruguai desde aquele período.

Todavia, predomina na academia e na esquerda em geral uma visão limitada e distorcida em relação ao bakuninismo, que desconhece a concepção de partido revolucionário do russo fazendo com que a mesma pareça absolutamente estranha ao anarquismo.⁶ Mesmo no campo libertário os escritos do anarquista russo são em sua maioria desconhecidos seja pela ausência de traduções e difusão seja pelas inúmeras edições fragmentárias e seletivas de seus textos. Assim, no que se refere à figura mais emblemática do anarquismo, reivindicada por quase todos os setores do anarquismo, fala-se do “santo”, mas não dos “milagres”.

Uma noção global do bakuninismo é requisito para a compreensão dos diferentes níveis de atuação por ele concebidos; em linhas gerais, um nível público, social, de massas; e outro clandestino⁷, político, de vanguarda.⁸ Dessa forma, podem ser encontrados na obra de Bakunin escritos que exaltam a espontaneidade e textos que defendem a necessidade de rígida disciplina e unidade de ação. A aparente contradição entre eles se esmaece quando os diferentes níveis organizativos propostos pelo russo são levados em conta. Na prática, ele concebia a Internacional como uma organização de massas que deveria rejeitar princípios políticos, filosóficos ou antirreligiosos estritos:

¹ Em 1872 foi fundada uma seção uruguaia da AIT, que teve uma sede pública e editou *El Obrero Federalista*, o primeiro periódico libertário de Montevideu (RODRIGUES, 1999: 163).

² O responsável foi Carlos Sans, que trabalhara junto a Rafael Farga i Pellicer na AIT espanhola e também militara na Aliança da Democracia Socialista de Bakunin.

³ A AIT era sediada em Chaux de Fonds, na região suíça do Jura de grande influência bakuninista.

⁴ O *Boletim Jurassiano* de 23 de abril de 1877, órgão da Internacional, faz menção à aceitação dos internacionalistas de Montevideu no Congresso de Verviers, na Bélgica.

⁵ Organização anarcossindicalista ou “forista” uruguaia.

⁶ As fontes não permitem precisar o verdadeiro porte e grau de incidência da Aliança da Democracia Socialista. Os relatos de Bakunin foram muitas vezes suspeitos de exagero; todavia, a atuação da organização foi efetiva a ponto de motivar seu debate e sanções no âmbito da AIT. Estudiosos como Guillaume, Nettlau e Tragtemberg abordaram o tema. Todavia, para os propósitos desse artigo interessa mais a forma de organização da ADS do que o seu peso político.

⁷ Um dos motivos alegados pelo Conselho Geral da AIT quando se decide pela expulsão de Bakunin era a manutenção de uma organização clandestina no seio da Internacional, descumprindo o acordo de autodissolução aceito no ingresso dos bakuninistas em 1868 (NETTLAU, 1977: 85-115; TRAGTEMBERG, 1983).

⁸ O termo “vanguarda” era utilizado pelo próprio Bakunin.

[...] A Internacional admite em seu seio, sem distinção de crenças políticas e religiosas, a todos os trabalhadores honrados com a única condição de que aceitem, com todas as suas consequências, a solidariedade na luta dos trabalhadores contra o capital burguês, explorador do trabalho. Esta é uma condição suficiente para separar o mundo dos trabalhadores do mundo dos privilegiados, mas insuficiente para dar ao primeiro desses mundos uma orientação revolucionária. Os fundadores da Associação Internacional procederam com suma sabedoria ao eliminar desde o primeiro momento da Associação todos os assuntos políticos e religiosos. Não há dúvida nenhuma de que não careciam de opiniões políticas e antirreligiosas bem definidas, mas se abstiveram de incluí-las no programa, pois sua finalidade principal estava antes de tudo em reunir as massas operárias de todo o mundo civilizado dentro de uma ação comum.

Necessariamente tiveram que buscar uma base comum, uma série de princípios simples a respeito dos quais todos os operários - fossem quais fossem suas ideias políticas e religiosas, com tanto que se tratasse de operários sérios, quer dizer, de homens duramente explorados e sofrendores - estivessem de acordo. Se houvessem desfraldado a bandeira de algum sistema político ou antirreligioso, longe de reunir a todos os operários da Europa, os dividiriam mais ainda. Se por acaso a simples palavra ateísmo houvesse sido incluída no estandarte da Internacional haveria podido a Associação reunir em seu seio sequer duas centenas de aderentes? Todo mundo sabe que não [...] (BAKUNIN, 1989: 59-60)

Por outro lado, a AIT não se limitaria ao papel de um “sindicato” preocupado somente com as questões econômicas imediatas, uma vez que se definia como socialista e revolucionária. Na concepção do russo, a Internacional seria uma organização combativa de massas, embora ele não considerasse isso suficiente para impulsionar uma revolução, pois

A Internacional prepara os componentes da organização revolucionária, mas não a organização revolucionária em si. Ela os prepara para a luta pública e legal dos trabalhadores solidários de todos os países contra os exploradores do trabalho capitalistas, proprietários e empresários industriais - mas nunca vai mais além. A única coisa que faz fora esta obra, por si só tão útil, é a propaganda teórica das ideias socialistas entre as massas operárias, o que é uma obra igualmente muito útil e muito necessária para a preparação da revolução das massas. (MUÑOZ, 1986: 42)

Assim, Bakunin entendia as limitações que impediam a Internacional de avançar, a menos que fosse impulsionada por uma minoria organizada em partido, a Aliança da Democracia Socialista:

A Aliança é o necessário complemento da Internacional. Mas a Internacional e a Aliança, ainda quando têm a mesma finalidade, ao mesmo tempo perseguem objetivos diferentes. Uma tem a missão de agrupar as massas operárias, os milhões de trabalhadores, através dos diferentes países e nações, através das fronteiras de todos os estados; a outra, a Aliança, - tem a missão de dar a estas massas uma orientação realmente revolucionária. Os programas de uma e de outra, sem que de modo algum sejam opostos, são diferentes pelo grau de seu respectivo desenvolvimento. O da Internacional, se o tomamos com toda a seriedade que exige o caso, contém em germe, mas só em germe, todo o programa da Aliança. O programa da Aliança é a explicação última do programa da Internacional. (MUÑOZ, 1986: 44)

Quanto ao caráter da Aliança expresso nos textos de Bakunin, é interessante notar que ela desmente uma série de apreciações sobre o anarquismo que se tornaram senso comum, como a disposição antiorganizativa. A própria palavra anarquia era pouco utilizada e algumas vezes o próprio Bakunin usou o termo com conotação negativa:

Não pensem que eu estou advogando em prol da anarquia absoluta nos movimentos populares. Uma anarquia como essa não seria nada mais que a completa ausência de pensamento,

de finalidade e de conduta comum, e necessariamente haveria de desembocar em uma impotência geral. Tudo o que existe, tudo que é viável se produz dentro de certa ordem, que lhe é inerente e que demonstra o que há em si. (MUÑOZ, 1986: 48)

É notável a contradição entre estas e outras passagens de Bakunin e o modo “anárquico” como ele é rotineiramente apresentado. Nas questões relativas à organização política, a Aliança, essa contradição é particularmente flagrante:

O que devem fazer agora as autoridades revolucionárias? Que devem fazer para estender e organizar a revolução? Não devem fazer a revolução por decreto, não devem impô-la às massas. Devem provocá-la nas massas. Não devem impor às massas uma organização, seja qual for, mas sim promover sua organização autônoma de baixo para cima, devem trabalhar em silêncio, com ajuda da influência individual sobre os indivíduos mais inteligentes e influentes de cada localidade, a fim de que esta organização se adeque, na maior medida possível, a nossos princípios. Nisso reside todo o segredo de nosso triunfo. (BAKUNIN, 1977: 122)

A Aliança criada por Bakunin e seus companheiros era um “partido” (BAKUNIN, 1977: 121), nas palavras do russo, que atuava no interior da Internacional. Sua existência tem sido ignorada por muitos estudiosos do socialismo e menosprezada por expressiva parcela dos estudiosos do anarquismo que tendem tratá-la como algo marginal nas ideias e práticas do russo, o que somente alimenta a incompreensão do bakuninismo. Em suma, a Aliança da Democracia Socialista era um partido clandestino, de vanguarda, com ingresso seletivo e decisões obrigatórias para todos os seus membros tomadas por maioria. Sua principal finalidade era dirigir uma organização de massas⁹, a Internacional; secundariamente dedicava-se à ações ilegais para obtenção de fundos. Em suma, historicamente esta foi a primeira forma de organização especificamente anarquista¹⁰, ainda que isso cause embaraço em parte dos militantes, simpatizantes e estudiosos do anarquismo contemporâneo.

⁹ “[...] devemos fomentar, despertar, desprender todas as paixões, devemos produzir a anarquia, e, pilotos invisíveis no meio da tempestade popular, devemos dirigi-la, não com um poder ostensível, mas pela ditadura coletiva de todos os aliados [...]” (BAKUNIN, 2002: 58)

¹⁰ Na época de Proudhon não existiram organizações ou grupos especificamente anarquistas (BAKUNIN, 2002:104). Aliás, o francês rejeitava as organizações políticas de qualquer tipo, além do termo anarquismo ser ausente no vocabulário político durante sua vida, somente começando a ser empregada no início da década de 1870 (RUGAI, 2011: 309-324).

Malatesta e a o anarco-comunismo organizador no Rio da Prata

Outra contribuição marcante nas concepções da FAU foi a de Malatesta. Nesse caso, o grau de influência no anarquismo uruguaio foi bem mais intenso que o bakuninismo devido à presença direta do italiano na região do Rio da Prata. Em 1885, fugindo de uma ordem de prisão emitida em Florença, Malatesta chegou à Argentina.¹ Somente em 1887, pós um trabalho dedicado fundamentalmente à propaganda, à formação de um grupo militante anarco-comunista e ao conhecimento da realidade argentina, é que se organizou o primeiro sindicato sob a influência anarco-comunista. Um grupo de padeiros anarquistas fundou a *Sociedad de Resistencia y Colocación*, um sindicato operário cujos estatutos e regulamentos internos foram escritos por Malatesta. Depois disso, outros sindicatos seguiram a mesma orientação e foram fundados seguindo este modelo.

A presença do anarquista italiano foi marcante na região do Rio Prata e a importância de seu trabalho deveu-se a seu internacionalismo (por exemplo, seu contato com anarquistas espanhóis e *criollos* em sua chegada a Buenos Aires foi imediata); à sua predisposição em localizar entre os operários e suas organizações o melhor meio para pregar suas ideias e finalmente à sua tendência organizativa e combativa. Malatesta pertencia à tendência organicista e não à do individualismo anarquista, assim como Pietro Gori², que chegou algum tempo depois (BAYER, 1992: 140). Desde as décadas finais do século XIX o debate sobre a “questão da organização” seria uma constante nos meios anarquistas e os escritos de Malatesta³ indicam o quanto a questão da organização ocupou preocupou o italiano.

A vertente anarquista comunista divulgada por Errico Malatesta e Pietro Gori guardava uma semelhança fundamental com o pensamento bakuninista: a diferenciação entre o âmbito organizativo especificamente anarquista e o âmbito social, o sindicato naquela época. Esta distinção permaneceu presente no anarquismo uruguaio, ainda que a corrente tenha perdido a hegemonia no período anarcossindicalista, e foi retomada na década de 1950 no processo de formação da FAU. Nas palavras de Malatesta sobre organização:

[...] antes de tudo o problema [da organização] sendo triplo, distingamos: a organização em geral, princípio e condição da vida social, hoje e na sociedade futura; a organização do partido anarquista; e a organização das forças populares, em particular a das massas operárias, em vista da resistência contra o governo e contra o capitalismo. (MALATESTA, 1989: 73)

Fundamentalmente a mesma proposta de organização bakuninista, o trecho apresenta a distinção de três âmbitos (“...o problema sendo triplo...”) e evidencia que uma coisa é a organização social mais geral, outra é a organização do movimento operário e, finalmente, a organização especificamente anarquista, “o partido anarquista”. Para Malatesta, não se tratava mais de organizações secretas, como para Bakunin, mas certamente suas ideias convergiam quanto à necessidade de organizações especificamente anarquistas para atuar no movimento social sem, contudo, se confundir com ele. Desta forma, esta corrente anarco-comunista não se opõe à participação nos sindicatos, pois

¹ Trabalhou no periódico *Cuestión Social*, sugeriu sua publicação bilíngue, em italiano e espanhol, para expandir o acesso à leitura, ensiná-la e diminuir as barreiras étnicas que dificultavam a unificação da classe trabalhadora na região. Também ajudou na formação do *Círculo de Estudios Sociales* que aproximou muitos militantes, entre eles Mattei, editor do periódico *El Socialista*, que aderiu ao anarco-comunismo nessa época.

² Pietro Gori (1865 - 1911) era advogado de profissão, defendeu membros do movimento anarquista em diversas ocasiões. Viveu e militou na Itália, Argentina e Estados Unidos. Compôs peças de teatro e algumas canções libertárias do fim do século XIX, como *Addio a Lugano*, *Stornelli d'esilio* e *La ballata di Sante Caserio*.

³ Diversos artigos, sobretudo no final do século XIX, reiteram essa preocupação como *Organização I e II*.

Para fazer propaganda, é preciso estar entre as pessoas, e é nas associações operárias que o operário encontra seus companheiros, em particular aqueles que estão mais dispostos a compreender e a aceitar nossas ideias [...] Sustentar as organizações populares de toda a espécie é uma consequência lógica de nossas ideias fundamentais e deveria, portanto, fazer parte integrante de nosso programa. Demo-nos por tarefa lutar contra a organização social atual e demolir os obstáculos que se opõem à implantação de uma nova sociedade que assegure a todos a liberdade e o bem-estar. Para atingir esse objetivo, unimo-nos em um partido e tentamos ser o mais numeroso e o mais forte possível. Mas se nosso partido estivesse organizado; se os trabalhadores devessem permanecer isolados como elementos indiferentes uns aos outros, unidos apenas pela mesma cadeia; se nós mesmos, organizados em partido enquanto anarquistas, não estivéssemos também organizados com os trabalhadores enquanto trabalhadores, não chegaríamos a nada [...] (MALATESTA, 1989: 73)

No plano sindical, as iniciativas anarco-comunistas de Malatesta no Uruguai contaram com uma forte adesão, impulsionada pela FTU (*Federación de los Trabajadores del Uruguay*). Em 1901, de acordo com o jornal *El Trabajo*, dezenas de sindicatos estavam organizados segundo tal modelo, chegaram a quarenta, editando sete periódicos operários, promovendo várias greves gerais e um número maior ainda por categoria ou estabelecimento. (TOURON; LANDINELLI, 1984: 253). Osvaldo Bayer assinala que no Uruguai algo semelhante à Argentina se passou. Foi a prédica de três figuras proeminentes do pensamento social italiano - Malatesta, Ferri⁴ e Gori - a que exerceu a mais profunda influência sobre a massa de trabalhadores imigrados no Uruguai na passagem do século XIX para o XX, entre os quais a metade era composta de italianos⁵, mesmo quadro demográfico de Buenos Aires.⁶

O anarco-comunismo organicista que Malatesta trouxe à região do Rio da Prata a ênfase sobre a questão da organização no anarquismo sempre foi presente nos escritos de Malatesta e ele combateu as tendências anarquistas espontaneístas e individualistas durante toda vida:

[...] O erro fundamental dos anarquistas que se opõem à organização é de crer que não pode haver organização sem autoridade - e, convencidos desta hipótese, preferem renunciar a toda organização do que admitir a mínima autoridade. Ninguém pode escapar desta necessidade; e mesmo os maiores opositores à organização submetem-se à organização geral da sociedade na qual vivem; além disso, nos atos voluntários de suas vidas, e também em sua revolta contra a organização, eles se unem, repartem suas tarefas, organizam-se com os que estão de acordo com eles, e utilizam os meios que a sociedade põe à sua disposição [...] (MALATESTA, 1989: 60)

Porém, o italiano não apenas escreveu e falou sobre o “partido anarquista” como militou, de fato, ao longo de sua trajetória militante, em partidos anarquistas. O primeiro deles foi *Partito Socialista Anarchico Rivoluzionario Italiano*, PSARI (LEONI, 2001), fundado em janeiro 1891 no Congresso de Capolago na Suíça, no qual participaram cerca de 80 delegados de grupos socialistas ciprianianos e anarquistas italianos. Entre as principais figuras, além de Malatesta, estavam Pietro Gori, Luigi Galleani⁷, Amilcare Cipriani⁸, Andrea Costa e Filippo Turati. Era uma organização federalista que contrapunha ao “socialismo legalista” (parlamentarista) o “socialismo anárquico”. Nessa época, Malatesta trabalhava para que o PSARI se tornasse uma seção italiana federada à Associação Internacional dos Trabalhadores refundada pelos anarquistas.

Chama mais ainda a atenção o fato de que o PSARI atuava dentro de outro partido mais amplo, o *Partito Socialista Rivoluzionario Italiano* (PSRI), cujos estatutos permitiam outras correntes do pensamento socialista (anarquista, evolucionista e marxista). O PSRI, dominado por maioria reformista,

⁴ Errico Ferri, socialista da chamada vertente “intransigente” na Itália.

⁵ Já Montevideu, no final do século XIX, em acelerado ritmo de crescimento, saltou de 58 mil habitantes em 1860 para 220 mil, entre os quais se calcula que mais de um terço da população fosse estrangeira. (ZUBILLAGA, 1992: 249)

⁶ Entre 1853 e 1895, a população de Buenos Aires cresceu de 76 mil habitantes para 950 mil; e o número de operários, no mesmo período, variou de dois mil para 170 mil, sendo que quase todos eles eram estrangeiros. (BELLONI, 1960: 9)

⁷ Militante anarquista italiano, teórico da ação direta violenta insurrecional que atuou na Itália na segunda metade do século XIX e nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX.

⁸ Amilcare Cipriani italiano internacionalista de longa trajetória de lutas.

acabaria fundando *Partito Socialista dei Lavoratori Italiani* (PSLI) parlamentarista em 1892, desagradando à ala libertária. Em 1895, o PSLI foi rebatizado com o nome de *Partito Socialista Italiano* (PSI) e em meio a lutas de frações expulsou definitivamente a ala anarquista. Como se pode constatar, Malatesta foi um homem de partido desde sua entrada na ADS bakuninista na juventude, passando pelos partidos já citados, pela *Alleanza Socialista Libertaria Italiana* (1907-1911), a *Unione Comunista Anarchica Italiana* (1919-1920) e pela *Unione Anarchica Italiana*⁹. Enfim, o anarquismo de inspiração malatestiana, foi uma grande influência para os anarquistas uruguaaios, seja pelos vínculos históricos do próprio Malatesta com o anarquismo e o sindicalismo da região, seja pela ampla difusão e debate de seus textos na formação da FAU.

⁹ Organização anarquista de síntese fundada em 1920, durante a ascensão fascista logra unificar as diversas tendências do movimento libertário e adota integralmente o Programa Anarquista de Malatesta escrito em 1903.

Do partido bakuninista ao “anarquismo Maio de 68”: uma nova ortodoxia

Além do anarquismo bakuninista e malatestiano diversas experiências históricas como a Federação Anarquista Ibérica¹, a União Anarquista de Golai Poule na Ucrânia² e o PLM na Revolução Mexicana são exemplos de organizações políticas anarquismo protagonizando processos revolucionários e desmentindo a suposta aversão às mesmas.³ Portanto, a atuação de organizações políticas anarquistas não constitui uma raridade histórica, embora também não tenha sido a regra. De fato, parte do movimento anarquista refutou a organização política temendo o autoritarismo. Os textos de Malatesta e Makhno combatendo o espontaneísmo e o individualismo testemunham essa polêmica interna.

Ademais, em muitas ocasiões os anarquistas focaram suas energias na militância social – os sindicatos no final de século XIX e primeiras décadas do século XX e os movimentos sociais mais recentemente – e colocaram em segundo plano a sua organização política. Nesses casos, os anarquistas atuaram individualmente em pequenos grupos que não almejavam à constituição de organizações mais amplas.

De qualquer maneira, embora Bakunin, Malatesta e os makhnovistas, por exemplo, tivessem diferenças em suas concepções de organização política o termo “partido” não era estranho ao movimento libertário e não denotava autoritarismo ou centralismo. Partido era simplesmente um agrupamento militante organizado para um objetivo comum e não estava associado às disputas eleitorais.

Todavia, ao longo do século XX no Brasil, em especial na segunda metade, esse quadro se alterou sensivelmente e o termo “partido” passou a soar como algo incompatível com o ambiente libertário, quadro no qual a FAU passou a ser vista com reservas. Ora, no Brasil o anarquismo bakuninista teve pouca expressão e sua concepção organizativa jamais foi posta em prática. Ainda que alguns de seus textos fossem publicados na imprensa anarquista e operária, o russo foi mais uma referência mítica do que um modelo de organização e estratégia. No caso de Malatesta, sua concepção sindical tinha boa receptividade e expressão real na organização operária, mas suas ideias a respeito da organização específica anarquista não foram de fato aplicadas no Brasil (BONOMO, 2007: 178-257).

Por outro lado, nota-se uma forte presença do anarco-comunismo inspirado em Kropotkin em comparação ao Uruguai. Ora, uma diferença marcante entre a corrente malatestiana e kropotkiniana era o maior acento da questão organizativa por parte da primeira e a ênfase na espontaneidade por parte da segunda. De fato, o anarquismo brasileiro nunca foi hegemonizado por correntes francamente adeptas da organização política, tanto que as iniciativas para a construção de uma federação anarquista não prosperaram. Ainda assim, na pluralidade de correntes anarquistas no Brasil a ideia de organização política estava presente e era reconhecida como parte da tradição libertária.

Entretanto, a retração progressiva do anarquismo nos movimentos sociais a partir da década de 1930, que o reduziu a círculos de discussão de caráter cultural ou teórico afastados da prática permitiu que a imagem do movimento fosse uniformizada perdendo-se de vista a diversidade e as divergências de suas correntes. Nesse contexto, a reflexão crítica interna foi prejudicada durante muito tempo. Os períodos de governos autoritários - quando o anarquismo foi duramente perseguido - configuraram-se num grande e duradouro empecilho para esse debate. Além disso, o anarquismo esteve sob o ataque de correntes políticas que disputavam espaço junto ao movimento operário, notadamente o PCB. Nesse

¹ A influência dos debates relativos à atuação anarquista na Revolução Espanhola, em especial as relações entre a FAI e a CNT, também foram importantes no debate interno da FAU a respeito da importância do partido. Todavia, abordagem deste exigiria que o texto se estendesse muito além dos limites já definidos.

² A história do movimento makhnovista e a “Plataforma de Organização” de Makhno e Archinov eram desconhecidas da FAU, seja na sua fundação em 1956 seja na reorganização após o racha de 1964.

³ A hipótese de que os momentos históricos de maior expressão social libertária têm relação com a existência de organizações políticas anarquistas é sem dúvida uma investigação instigante a ser empreendida.

quadro, o anarquismo tomou uma posição defensiva e a discussão teórica e histórica cedeu espaço ao confronto político no qual avaliações históricas poderiam abrir flancos ao adversário. Soma-se a isso o distanciamento da militância social de grande parte dos anarquistas, o que contribuiu para a formação de uma memória mitificada sobre o passado de luta.

Paralelamente a isso, graças à desilusão com o “socialismo real” e o ânimo renovador dos acontecimentos de Maio de 1968 na França, o anarquismo vivenciou um revigoramento e atraiu as atenções de uma parcela da juventude na década de 1960. Mais do que o anarquismo de tradição proletária emerge uma nova forma de anarquismo, no qual ganharam relevo seus elementos críticos, úteis no combate ao dogmatismo dos partidos comunistas; assim, o anarquismo enquanto projeto alternativo para a sociedade acabou ficando em segundo plano. Os novos adeptos do anarquismo passaram então a concebê-lo como antítese absoluta do marxismo, ignorando uma série de aspectos convergentes entre ambos. Ao se negar a organização burocrática, caiu-se no extremo do espontaneísmo; a rejeição do determinismo econômico transformou-se em negação dos fatores socioeconômicos como determinantes de grande importância e o eixo de muitos setores libertários deslocou-se exclusivamente para o campo cultural e comportamental. Nessa atmosfera política categorias como classe, materialismo, dialética, proletariado, organização, partido e vanguarda eram vistos como parte de uma linguagem política marxista com a qual o anarquismo nada tinha a ver. Uma convicção fortalecida pelo desconhecimento histórico do anarquismo e pela sua ausência histórica nas últimas décadas.

Curiosamente, esse anarquismo “Maio de 68”, que deixou de lado tantos elementos tradicionais na história do anarquismo, tornou-se hegemônico nos meios libertários e passou a constituir um novo paradigma de anarquismo. Afirmando-se por mais de duas décadas, o anarquismo “Maio de 68” chegou aos anos 1990 desempenhando o papel de uma “ortodoxia informal”. Ortodoxia, pois se constituiu como padrão de aferição do que era ou não anarquismo e informal porque jamais constituiu uma doutrina institucionalizada, ainda que claramente reconhecível e não menos ortodoxa. Obviamente, dentro dessa “ortodoxia informal” não cabia um “partido anarquista” disciplinado para o qual a classe operária era a espinha dorsal no “trabalho de massas”. Ao paradigma dessa “ortodoxia informal” a acusação de espontaneísmo que a FAU dirigia ao *Partido Comunista de Uruguay* era absolutamente incompreensível.

Conclusão

O exame dos principais referenciais da FAU evidencia que, longe de constituir uma excrescência, a ideia de um partido anarquista tem antecedentes históricos facilmente reconhecíveis entre alguns dos principais nomes e organizações anarquistas, inclusive na trajetória do pioneiro do anarquismo, Bakunin.

Por outro lado, é preciso reconhecer que setores expressivos do que se convencionou chamar de movimento libertário nutriam aversão às organizações políticas, ainda que fossem anarquistas. Seja como for, a partir da década de 1960, o anarquismo é ressignificado segundo os paradigmas de “Maio de 68”. Apropriado por simpatizantes até então estranhos ao meio libertário, o anarquismo foi convertido numa arma de combate ao dogmatismo dos partidos comunistas tradicionais. Nesse contexto, em que a crítica às estruturas burocráticas partidárias era um elemento fundamental, pensadores e correntes anarquistas antipartidárias ganharam relevo, ao passo que os favoráveis à organização política eram deixados na sombra.

Não foram raras as edições seletivas de “textos clássicos”, com as textos que não se encaixavam no novo cânone devidamente ignorados. Esta tendência foi facilitada pela ignorância dos textos originais - grande parte inéditos em português - e por uma identificação superficial, quase restrita ao plano simbólico, dos simpatizantes do anarquismo. Soma-se nesse quadro a predominância do comunismo anarquista kropotkniano no Brasil (BONOMO, 2007: 388-408) que se ajustou relativamente bem ao novo paradigma que se construía.

Assim, uma tradição conformada a partir da década de 1960 redefiniu os paradigmas do anarquismo numa curiosa simbiose que reuniu o senso comum – que reiterava o caráter “baderneiro” do anarquismo -, a quase totalidade da esquerda marxista – que reafirmava seu monopólio sobre o conceito de partido revolucionário - e a maioria dos anarquistas que ao rejeitar toda e qualquer organização político e/ou partidária estabeleciam uma fronteira clara que permitia incluir ou excluir do anarquismo a partir desse cânone. Um consenso tão amplo consolidou o que parecia ser a ortodoxia anarquista em matéria organizativa.

Paradoxalmente, o anarquismo “Maio de 68” defendia a diversidade e a pluralidade, muitas vezes se aproximando de autores e conceitos pós-modernos e críticos da noção de “verdade”. Todavia, não hesitaram em rejeitar enquanto anarquistas organizações partidárias como a FAU; ou seja, de fato agiram como juízes que proferiam o discurso da verdade sobre o anarquismo. Dessa forma, utilizaram a sua própria interpretação do anarquismo como parâmetro de avaliação, um critério absolutamente anacrônico para estabelecer sua taxonomia. Ao mesmo tempo, mantiveram no panteão dos ídolos anarquistas figuras como Bakunin e Malatesta, em cuja trajetória a defesa e a participação em partidos anarquistas é mais do que óbvia.

Nesse cenário, a trajetória da FAU exigiu o reexame de referenciais históricos obscurecidos no anarquismo, organizações políticas anarquistas cujos critérios contrastam com os cânones do “anarquismo Maio de 68”, afinal de contas se a rejeição a partidos fosse uma pedra de toque para definir quem é ou não anarquista Bakunin seria o primeiro na fila de excomunhão.

Bibliografia

- BAKUNIN, Mikhail. *Escrito contra Marx: conflitos na Internacional*. Brasília: Novos Tempos, 1989.
- _____. *Socialismo e Liberdade*. São Paulo: Luta Libertária, 2002.
- _____. *Estatismo y Anarquía*. In: _____. *Obras Completas*. Madri: La Piqueta, 1977.
- BAYER, Osvaldo. *Los anarquistas expropiadores*. Montevideu: Recortes, 1992.
- BELLONI, Alberto. *Del anarquismo al peronismo*. Buenos Aires: Peña Lilo, 1960. Boletim Jurassiano, de 23 de abril de 1877, órgão da Internacional, faz menção à aceitação dos internacionalistas de Montevideu no Congresso de Verviers, na Bélgica.
- BONOMO, Alex Buzeli. *O Anarquismo em São Paulo: as razões do declínio (1920-1935)*. 2007. 451 f. Dissertação (Mestrado em História). PUC, São Paulo.
- BROUÉ, Pierre. *A Revolução Espanhola, 1931-1939*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 39
- CASANOVA, Julian. *Anarquismo y revolución en la sociedad rural aragonesa, 1936-1938*. Madri: Siglo Veintiuno, 1985; LORENZO, César M. *Los anarquistas españoles y el poder, 1968-1969*. Paris: Ruedo Ibérico, 1972.
- DE JONG, Rudolf. El anarquismo en España. *El movimiento libertario español: pasado, presente y futuro*, Paris, p. 7-16, 1974. Suplemento de Cuadernos de Ruedo Ibérico.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. *O curto verão da anarquia: Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GUILLAUME, James. *L'Internationale: documents e souvernirs (1864-1878)*. 3 V. Paris: Société nouvelle de librairie et d'édition, 1905.
- _____. *A Internacional: documentos e recordações*. V. I. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009.
- LEONI, Francesco. *Storia dei partiti politici italiani*. Guida, 2001.
- MALATESTA, E.; FABRRI, L. Introdução. In: _____. *Anarco Comunismo Italiano*. São Paulo: Luta Libertária, 2003.
- MALATESTA, Errico. *Escritos revolucionários*. Brasília: Novos Tempos, 1989.
- MECHOSO, Juan Carlos. *Acción directa anarquista: una historia de FAU*. Montevideu: Recortes, 2002.).
- MUÑOZ, François. *Bakunin: antologia*. Montevideu: Recortes, 1986.
- NETTLAU, Max. *Miguel Bakunin, la Internacional y la Alianza en España, 1868-1973*. Madri: La Piqueta, 1977.
- OLAYZOLA, José Maria; BERRO, Chema. *Sindicalismo y transformación social*. Madri: Libre Pensamiento/Los Libros de la Catarata, 1993.
- ORGANIZZAZIONE RIVOLUZIONARIA ANARCHICA. *Retrospectiva: cronologia e bibliografia sul movimento anarchico organizzato in Italia dal 1872 al 1945*. Disponível em: <<http://www.fdca.it/storico/preistoria-fdca/ora/retrospectiva.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- PAZ, Abel. *O Povo em Armas: Buenaventura Durruti e o anarquismo espanhol*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1976.
- RAMA, Carlos Maria. *Historia del movimiento obrero y social latino-americano contemporaneo*. Buenos Aires/Montevideu: Palestra, 1967.
- RODRIGUES, Edgar. *Universo Ácrata*. Florianópolis: Insular, 1999.
- RUGAI, Ricardo Ramos. *O Anarquismo Organizado: as concepções e práticas da Federação Anarquista Uruguiaia, 1952-1964*. 2003. 315 f. Dissertação (Mestrado em História) IFCH-UNICAMP, Campinas.

_____. *O socialismo como crítica da Economia Política*: as questões econômicas na obra de Proudhon (1838-1847). 2011. 347 f. Tese (Doutorado em História Econômica) FLCH-USP, São Paulo. p. 309-324.

_____. *Um Partido Anarquista*: o anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU. São Paulo: Ascaso, 2012. TOURON, Lucia Sala de; LANDINELLI, Jorge. 50 Años del movimiento obrero uruguayo. In: CASANOVA, Pablo Gonzalez. *Historia del movimiento obrero en America Latina*. V. 4. México D.F.: Siglo Veintiuno, 1984.

TRAGTEMBERG, Maurício. Marx/Bakunin. *Nova Escrita Ensaio*, São Paulo, Ano V, nº 11/12, p. 279-299, 1983.

ZUBILLAGA, Carlos. El aporte de la inmigración italiana en la conformación del movimiento sindical uruguayo. In: DEVOTO, Fernando J; MIGUEZ, Eduardo J (Org.). *Asociacionismo, trabajo y identidad étnica*: los italianos en la América Latina en una perspectiva comparada. Buenos Aires: CEMLA/CSER/IEHS, 1992.

Biblioteca Anarquista



Ricardo Ramos Rugai

O Anarquismo e a questão do partido: uma reflexão a partir dos referenciais históricos da Federação
Anarquista Uruguaia
setembro de 2014

Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da Anpuh-SP

Ricardo Ramos Rugai - Professor da Faculdade de Educação Ciências e Letras Don Domênico, Doutor
em História Econômica pela FFLCH-USP.

bibliotecaanarquista.org